

Extensão rural e suas diferentes abordagens de atuação: o caso da Epagri em Santa Catarina/Brasil

Karine Nunes¹, Oscar José Rover²

Resumo

A extensão rural vem sendo largamente debatida nas últimas décadas, devido à sua importância para o desenvolvimento rural e à sua contribuição para a difusão de inovações que intensificaram os resultados negativos de um modelo desenvolvimentista. Esta reflexão redirecionou os rumos da extensão rural no Brasil, impondo novos desafios às instituições que prestam o serviço. Cabe aos profissionais adequarem-se a um novo perfil, cujas características de sensibilidade e compromisso socioambiental somam-se ao desafio de desenvolvimento econômico. Em Santa Catarina, os profissionais da Epagri são atores centrais no oferecimento do serviço. Desse modo, buscou-se analisar as abordagens adotadas pelos extensionistas da empresa no que se refere às funções e finalidades da extensão e aos modos de interação com o público beneficiário e com a pesquisa. A coleta de dados foi realizada através de questionário, havendo 195 respondentes. Em relação às percepções sobre as funções e finalidades da Ater e ao modo de interagir com a pesquisa e com os beneficiários, a principal abordagem orientadora da ação extensionista é a ênfase socioambiental. Uma porção dos extensionistas privilegia agricultores "líderes" como interlocutores no processo de identificação das prioridades do trabalho extensionista, evidenciando a mistura de elementos de diferentes períodos.

Palavras-chave: Ater, desenvolvimento rural, interações entre atores.

Rural extension and its different approaches: the case of Epagri in Santa Catarina/Brazil

Abstract

Rural extension has been widely debated in recent decades, due to its importance for rural development and its contribution to the diffusion of innovations that intensified the negative results of a developmental model. This reflection redirected the course of rural extension in Brazil, imposing new challenges to the institutions that provide the service. It is up to professionals to adapt to a new profile, whose characteristics of sensitivity and socio-environmental commitment add to the challenge of economic development. In Santa Catarina, Epagri professionals are central actors in providing the service. Thus, we sought to analyze the approaches adopted by the company's extension workers with regard to the functions and purposes of the extension and the modes of interaction with the beneficiary public and with the research. Data collection was carried out through a questionnaire, with 195 respondents. In relation to the perceptions about the functions and purposes of Ater and the way of interacting with the research and with the beneficiaries, the main guiding approach of the extension action is the socio-environmental emphasis. A portion of the extensionists favors "leader" farmers as interlocutors in the process of identifying work priorities, highlighting the mixture of elements from different periods.

Keywords: rural extension, rural development, interactions between actors.

¹ Acadêmica do curso de Agronomia do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina e da Bordeaux Sciences Agro (França). E-mail: karinenunes102@hotmail.com.

² Professor de Extensão Rural do Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Introdução

A extensão rural vem sendo largamente debatida nas últimas décadas, devido, de um lado, à sua importância para o desenvolvimento rural, e de outro, à sua contribuição para a difusão de inovações que intensificaram os resultados negativos do modelo desenvolvimentista de produção (FAVERO; SARRIERA, 2009). A reflexão a respeito destas críticas ditou os novos rumos da extensão rural no Brasil, evidenciados sobretudo em dois marcos legais: a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) em 2004 e a lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) de 2010 (MDA, 2004; BRASIL, 2010). Nesta nova fase, os beneficiários prioritários dos serviços de Ater são agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos indígenas, remanescentes de quilombos e demais povos e comunidades rurais, e a abordagem privilegiada é baseada em metodologias participativas considerando princípios do desenvolvimento sustentável (MDA, 2004; BRASIL, 2010).

Nesse cenário de transformação da abordagem da Ater, novos desafios são impostos às instituições que prestam o serviço no Brasil. Cabe aos profissionais reverem sua atuação, adequando-se a um novo perfil (FAVERO; SARRIERA, 2009), cujas características de sensibilidade e compromisso socioambiental somam-se ao desafio de desenvolvimento econômico no campo.

Em Santa Catarina, um dos principais estados produtores de alimentos do país, dos 183.066 estabelecimentos agropecuários (EA), 94.863 (51,8%) declaram receber orientação técnica. Destes quase 95 mil estabelecimentos, 37,3% declaram que a origem da orientação recebida é governamental (federal, estadual ou municipal), seguida da orientação por cooperativas (33,3%), por empresas integradas (33,1%), pelo próprio produtor (19,0%), entre outras de menor importância, como empresas privadas de planejamento, organizações não-governamentais (ONGs), sistema S e outras (IBGE, 2019). A orientação de origem pública é ainda mais importante para os agricultores familiares catarinenses, que representam 50,7% dos EA do estado, contra uma média nacional de 32,4% de EA familiares entre os estados. Com efeito, dos 35.420 EA catarinenses que declararam receber orientação de origem governamental (federal, estadual ou municipal), 28.885 são de agricultura familiar (81,55%) (IBGE, 2019).

Entre os atores centrais no atendimento destes agricultores estão os extensionistas da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Deste modo, a pergunta que orientou a pesquisa foi a seguinte: “Quais as abordagens orientadoras das ações dos extensionistas da empresa oficial de Santa Catarina no que diz respeito às funções e finalidades

da extensão e os modos de interação com o público beneficiário?” Para isso, investigou-se as percepções dos extensionistas no que diz respeito a 4 critérios discutidos por diferentes abordagens históricas da extensão rural brasileira e internacional, a fim de identificar as distintas abordagens orientadoras da ação extensionista da Epagri.

Este artigo é composto, além desta introdução, de outras 5 partes. A primeira parte corresponde a uma descrição do referencial teórico, na qual discute-se as abordagens históricas da extensão rural, seguida de uma descrição da metodologia adotada para a coleta e a análise dos resultados. O terceiro item diz respeito a uma breve apresentação da empresa oficial de Ater de Santa Catarina, objeto do estudo. Logo após, são apresentados os resultados e discussões e as conclusões do estudo.

Referencial teórico

A extensão rural como política ou serviço está condicionada pela ideia de desenvolvimento rural predominante em cada contexto histórico, a qual define seus objetivos e estratégias (OTERO, SELIS, 2019; BORDENAVE, 1983). Diante disso, Rodrigues (1997) identificou três períodos da extensão rural, caracterizando-os quanto à orientação filosófica e ao modelo operacional predominante durante o período de ocorrência de cada um deles: humanismo assistencialista, difusionismo produtivista e humanismo crítico.

Estas abordagens correspondem a formas diferentes de compreender o desenvolvimento rural e, por conseguinte, as funções e finalidades da extensão rural. Assim, as abordagens orientam a ação extensionista em modos distintos na forma como os agentes de extensão identificam os problemas e se relacionam com os agricultores e com a pesquisa buscando resolvê-los.

Humanismo assistencialista:

Esta abordagem foi responsável por promover as bases para o primeiro período da extensão rural no mundo, desde a sua origem através do Smith Lever-Act em 1914 nos Estados Unidos. No Brasil, corresponde ao período desde a introdução da extensão rural no país, em 1948, até meados dos anos 1960. Cabia ao serviço de extensão rural difundir instruções e informações práticas e úteis em assuntos relacionados à agricultura e incentivar a aplicação das mesmas, buscando a elevação da produtividade agrícola (U.S., 1914). Tratou-se de uma interação direta ou linear, na qual o fluxo de informações era unilateral. Durante este período, os pequenos agricultores eram o

público prioritário, focando na indução de mudanças de comportamento, criando grupos de agricultores, de donas de casa e de jovens rurais (RODRIGUES, 1997).

No contexto de Santa Catarina, destacavam-se os objetivos de elevação do bem-estar da família rural e a melhoria da saúde, através de projetos de saneamento básico, de alimentação e de saúde junto às famílias rurais (OLINGER, 2020), apesar de já adotar componentes do produtivismo em suas práticas a partir dos anos 1960.

A obra de W. J. Timmer de 1954 marca a transição entre este período e o difusionismo produtivista no Brasil. Para Timmer (1954), era função da extensão rural ampliar o horizonte de necessidades dos agricultores, convencendo-os a permanecer no campo e ensinando-os a gastar seu dinheiro. Assim, as prioridades do trabalho dos extensionistas rurais eram definidas a partir dos problemas identificados pelos profissionais e as soluções propostas eram aquelas desenvolvidas pelas universidades e instituições de pesquisa. Neste contexto, a ação extensionista atuava como ponte entre a pesquisa e os agricultores. No que diz respeito à prática extensionista, de modo geral e sobretudo num primeiro momento, na proposição de Timmer a aproximação era individual. Numa dinâmica de difusão de inovações e tecnologias, eram identificados os agricultores "líderes" no seio das comunidades como porta de entrada. No decorrer do tempo, reuniões passavam a ser promovidas, para as quais os agricultores podiam levar seus problemas individuais.

Difusionismo produtivista:

Esta abordagem marca o período em que os objetivos nacionais expressos nos planos governamentais de desenvolvimento prevaleceram sobre o assistencialismo da ação extensionista concebida nos termos originais. Nessa abordagem, a extensão rural se concentra sobre os aspectos técnicos da produção agropecuária, excluindo os projetos de administração do lar e outras ações assistenciais voltadas para as donas de casa. A interação com os atores continuou sendo diretiva ou linear, mas neste novo período as diretrizes para execução descentralizada em níveis estaduais e municipais passaram a prevalecer para a definição do planejamento das atividades (RODRIGUES, 1997).

Segundo Rodrigues (1997), esse período compreende os anos de 1963 até 1984 no Brasil e foi caracterizado por uma intervenção mais aguda do Estado nas ações de extensão rural. Nacionalmente, os principais beneficiários eram os grandes e médios agricultores, potenciais

adotadores dos pacotes de maior avanço tecnológico elaborados por iniciativa das instituições de pesquisa. A principal função do extensionista era de elaborar projetos de crédito rural para esses grupos e a finalidade da ação extensionista passou a ser modernizar o processo produtivo aumentando a produtividade da terra e do trabalho, buscando uma inserção mais efetiva da agricultura no mercado.

Neste período, em Santa Catarina, a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (Acaresc), precursora da Epagri nas atividades de extensão rural no estado, preocupava-se com o treinamento de líderes rurais. De acordo com Olinger (2020, p. 28),

“(...) os líderes rurais eram pessoas identificadas por meio de sociometria, ou pelo próprio conhecimento do extensionista. Eram ouvidos, respeitados por seus grupos de vizinhança, exercendo, portanto, certa liderança. Eles recebiam treinamento técnico em determinado cultivo ou criação e se dispunham a repassar às famílias vizinhas o conhecimento que haviam recebido do agente de extensão gratuitamente.”

Humanismo crítico:

Rodrigues (1997) denomina este período como humanismo crítico, o qual surge como abordagem alternativa ao difusionismo produtivista. Neste período, a ação da extensão não se restringe às atividades relacionadas à produção agropecuária: processos de gestão, beneficiamento, comercialização, organização social e cuidado ambiental também são incorporados ao quadro de objetos da extensão rural. Neste novo período, a ação extensionista acumula uma grande diversidade de funções, dentre elas: aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários; assessorar as diversas fases das atividades econômicas, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas e desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade. São finalidades da ação extensionista promover a qualidade de vida de seus beneficiários e o desenvolvimento rural sustentável (BRASIL, 2010).

As obras de Caporal e Costabeber difundiram essa abordagem no Brasil, através da sua proposição de uma Nova Ater, participativa e baseada nos princípios da agroecologia (CAPORAL; COSTABEBER, 1994; CAPORAL, 2007). A lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010, que instituiu a Política Nacional de Assistência e Extensão Rural (Pnater) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pronater) (BRASIL, 2010), figura como o principal marco legal do período no Brasil.

Neste período, as prioridades do trabalho são definidas de acordo com cada situação e contexto, considerando demandas sociais, condições ambientais e capacidades locais. A busca por soluções é a ocasião de articular soluções baseadas em conhecimentos científicos, empíricos e tradicionais, selecionando aquelas mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas envolvidas. A extensão rural promove atividades participativas baseadas no diálogo e discussões entre os agricultores, buscando uma orientação dialógica, problematizadora e estimulando a organização e o associativismo rural autônomo (CAPORAL; COSTABEBER, 1994; CAPORAL, 2007; MDA, 2004; BRASIL, 2010; RODRIGUES, 1997).

Nesse período recente, um grupo de sociólogos franceses, o Gerdal (Grupo de experimentação e de pesquisa: desenvolvimento e ações localizadas) propôs uma nova abordagem. Ela se diferencia das proposições anteriores pela sua forte ancoragem nas redes de atores presentes localmente, sendo função da ação extensionista oferecer uma facilitação metodológica direcionada para grupos de agricultores de um determinado território.

Nesta abordagem de facilitação metodológica, são funções da extensão rural aumentar a participação dos agricultores no processo de desenvolvimento e contribuir para o fortalecimento de suas capacidades de reflexão e de sua autonomia, incentivando a construção de projetos coletivos e criando condições para uma cooperação de proximidade entre os atores. As prioridades da ação extensionista são definidas a partir dos problemas, desejos e preocupações dos agricultores, compreendendo que estes são os mais bem colocados para identificá-los. Deste modo, o papel do extensionista é de facilitação, desde as etapas de formulação de problemas tratáveis, reflexão, busca e utilização de informações empíricas e científicas, até a implantação das soluções (RUAULT, 1996; DARRÉ, 1996).

Os interlocutores da ação extensionista, neste caso, são agricultores agrupados a partir das redes de diálogos (redes estáveis de interconhecimento) já existentes, reforçando a cooperação entre estas. Esta cooperação passa pela troca de ideias e co-construção de conhecimentos, além de dinâmicas de cooperação produtiva, através de projetos coletivos, comunhão de materiais e força de trabalho (DARRÉ, 1996; RUAULT, 1996). De acordo com Ruault (1996), um sentimento de que “juntos somos mais fortes” é favorecido nestas condições de trabalho de grupo, sobretudo no caso de processos que envolvem riscos, como os de transição agroecológica ou diversificação produtiva, ou quando a solução depende de processos de negociação com organizações exteriores.

Embora subjetivo, este fator não pode ser negligenciado no contexto no qual os agricultores são cada vez menos numerosos face a parceiros econômicos cada vez mais organizados e poderosos (RUAULT, 1996).

Um pequeno resumo de cada uma das diferentes abordagens, segundo os critérios analíticos adotados neste artigo, é apresentado no Quadro 1, no qual o 3º período passa a ser denominado “ênfase socioambiental” ao invés de humanismo crítico. Trata-se de um esforço de destacar já no nome deste período seus dois princípios mais marcantes: a busca pela melhoria da qualidade de vida do público beneficiário e a promoção de um desenvolvimento rural mais sustentável, a partir de um processo de intervenção extensionista mais participativo e dialógico.

Quadro 1. Abordagens da extensão rural de acordo com os 4 critérios analíticos do artigo.

Abordagem/ critério analítico	Humanismo assistencialista (entre 1948 e 1962)	Difusionismo produtivista (entre 1963 e 1984)	Ênfase socioambiental (desde 1985)	
			Nova Ater e Pnater	Facilitação metodológica territorial
Funções	Difundir instruções e informações práticas em assuntos relacionados à agricultura, incentivando a aplicação destas .	Elaborar projetos de crédito rural para potenciais adotadores de pacotes tecnológicos.	Grande diversidade de funções, se interessando em questões ligadas ou não às atividades produtivas.	Identificar as redes de atores existentes e fortalecer seus laços de cooperação, oferecendo um apoio metodológica.
Finalidades	Ampliação do horizonte de necessidades dos agricultores.	Modernização do processo produtivo aumentando a produtividade da terra e do trabalho, com descuido das dimensões social e ambiental.	Promover o desenvolvimento rural sustentável e a qualidade de vida dos atores envolvidos.	Aumento da participação dos agricultores no processo de desenvolvimento e o fortalecimento da sua autonomia nos processos de reflexão.
Definição das prioridades do trabalho	Inicialmente, identificação do problema nos estabelecimentos profissionais e posteriormente realização de reuniões onde os agricultores abordam os problemas, visando resultados individualizados.	As diretrizes estaduais e municipais passam a prevalecer para a definição do planejamento das atividades, objetivando a inserção dos agricultores em cadeias produtivas integradas aos complexos	De acordo com cada situação e contexto, considerando demandas sociais, condições ambientais e capacidades locais. Sendo definidas conjuntamente por meio de atividades participativas baseadas no diálogo e discussões entre os agricultores.	O discurso dos agricultores e suas organizações ocupa um lugar central na definição das prioridades. Os extensionistas ajudarão na formulação de problemas tratáveis.

		agroindustriais de cada região.			
Busca por soluções	As soluções propostas são aquelas desenvolvidas pelas universidades e instituições de pesquisa. A difusão é feita inicialmente junto aos agricultores "líderes" no seio das comunidades.	As soluções propostas são ligadas a pacotes de avanço tecnológico elaborados por iniciativa de instituições de pesquisa e empresas.		Articulação de conhecimentos científicos, empíricos e tradicionais, selecionando as soluções mais adequadas às condições de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas, através de uma orientação dialógica e problematizadora.	Acompanhamento dos agricultores nos processos de reflexão, busca e utilização das informações empíricas e científicas para a construção de soluções adaptadas ao contexto.

Os elementos apresentados para cada período histórico serviram como balizadores para a busca de respostas à pergunta orientadora do estudo sobre as abordagens que orientam a ação dos extensionistas da Epagri.

Metodologia

O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada em estudo de caso, na qual uma exploração intensiva de uma unidade é realizada através de estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade (GIL, 2019; YIN, 2005). Neste caso, a unidade de estudo corresponde ao conjunto dos agentes de extensão da empresa oficial de Santa Catarina (Epagri).

A coleta de dados foi realizada através de um questionário encaminhado à totalidade dos profissionais de extensão (681 profissionais) das 10 UGTs da Epagri, entre setembro de 2020 e março de 2021. O projeto foi previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH-UFSC) de acordo com a Resolução CNS 510/16. Tanto o TCLE quanto o questionário foram disponibilizados pela internet através do site de pesquisa online Sphinx Declic®.

As questões dependentes e independentes que compunham o questionário foram elaboradas sobre três diferentes eixos, buscando identificar as diferentes abordagens do agir extensionista entre os participantes do estudo de caso a partir dos critérios analíticos:

- **Percepções e satisfação dos extensionistas em relação ao seu trabalho:** tem o objetivo de compreender as percepções dos extensionistas sobre as funções e finalidades da extensão rural, bem como, as abordagens metodológicas por eles adotadas no exercício do seu trabalho junto ao público beneficiário e à pesquisa.
- **Criação das condições para uma cooperação produtiva entre atores:** eixo cujo objetivo é analisar a atuação dos extensionistas rurais junto aos agricultores e sua capacidade de promover a ação coletiva destes, de auxiliá-los metodologicamente a fortalecer suas capacidades e relações.
- **Preocupação com o desenvolvimento rural sustentável em escala local/regional:** este último eixo pretende identificar as percepções dos profissionais no que concerne às funções da extensão rural relacionadas ao desenvolvimento local/regional sustentável, através da recuperação de informações relacionadas à sua atuação junto aos aspectos socio-territoriais, econômicos e ambientais da prática agropecuária.

Entre as diferentes questões, foram identificadas aquelas, tanto abertas quanto fechadas, que contribuíam para responder a cada um dos critérios analíticos, agrupados nos seguintes descritores: a) funções e finalidades da atividade de extensão rural; b) modo de interação com o público beneficiário e com a pesquisa ao longo da trajetória desde a definição das prioridades do trabalho até a busca por soluções.

A análise dos resultados consistiu em uma análise descritiva para cada um dos diferentes descritores, a fim de descrever as características básicas dos dados e fornecer uma síntese simples da amostra. Os dados foram organizados utilizando o Excel® (Versão 2019) de forma a observar as frequências absolutas e relativas, dentro de cada UGT e na amostra geral, de respostas às questões abertas e fechadas selecionadas.

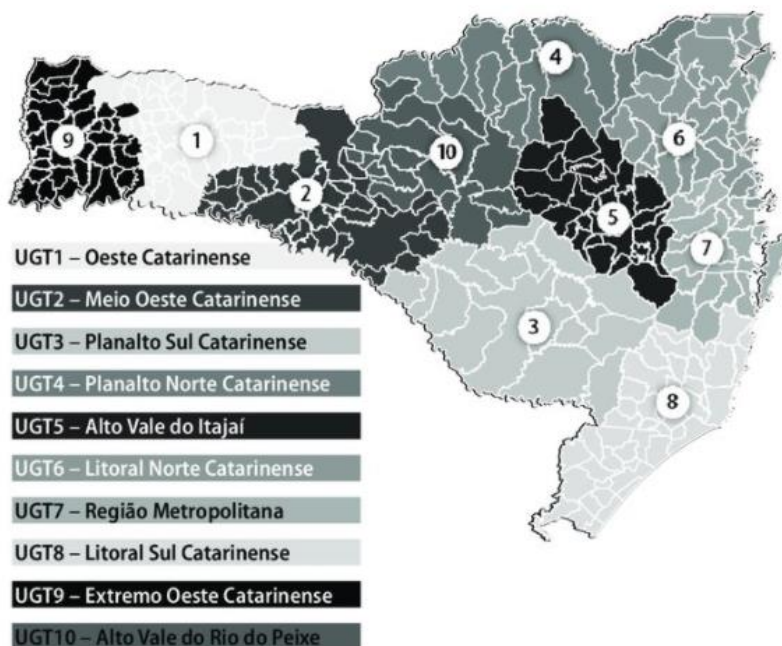
Epagri: uma breve descrição do objeto do estudo

A Epagri, empresa pública criada em 1991 e vinculada ao Governo do Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, conta atualmente com um contingente de 1.684 colaboradores, com 681 atuando diretamente na extensão rural e social. A Epagri é oficialmente responsável pelos serviços de pesquisa agropecuária e extensão rural no estado e está presente com seus escritórios municipais em 293 dos 295 municípios do estado (EPAGRI, 2021a ; EPAGRI, 2018).

De acordo com a Epagri (2018), as suas ações de Ater são baseadas em uma concepção dialética na qual os beneficiários e suas organizações são sujeitos, atores e autores do processo histórico de desenvolvimento.

Num contexto de produção bastante regionalizada, a Epagri dividiu o estado em 10 diferentes Unidades de Gestão Técnica (UGT), que correspondem ao espaço territorial de planejamento e organização do serviço de Ater na instituição. Esta organização se justifica pelas características de ordenamento político-administrativo, critérios de ordem edafoclimática, geográfica, ambiental e socioeconômica semelhantes, permitindo a reunião de recursos e infraestrutura da Epagri para, através de ações da pesquisa, da extensão rural e da qualificação profissional, promover um desenvolvimento sustentável mais endógeno (EPAGRI, 2021a; EPAGRI, 2018). Estas diferentes UGTs podem ser observadas na Figura 1.

Figura 1. Unidades de Gestão Técnica da Epagri



Fonte: Epagri, 2012.

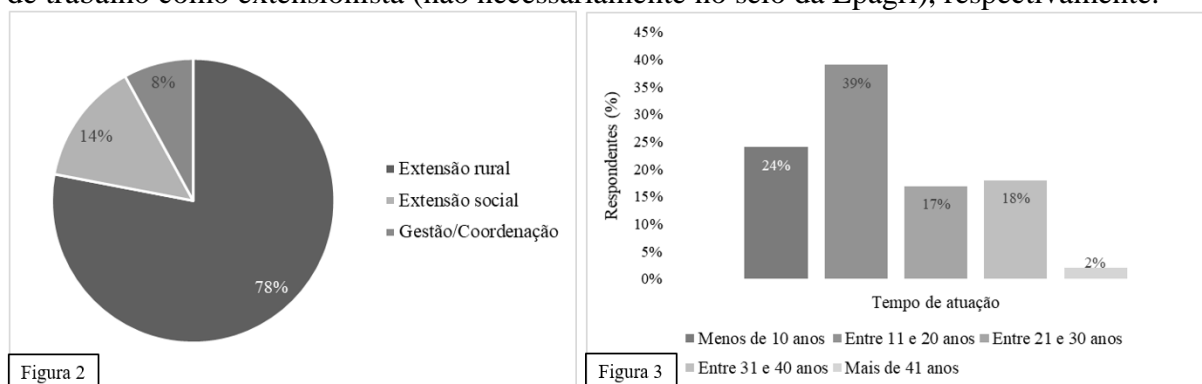
Resultados e discussões

Dos 681 funcionários da Epagri que atuam na extensão (EPAGRI, 2021a), 195 responderam ao questionário, representando 28,6% do total da categoria na empresa. Destes 195 respondentes, 68,7% possuem formação em Agronomia, seguidos pelas formações Técnico em

agropecuária (4,1%), Gestão ambiental (3,59%), Pedagogia (3,1%), Administração (2,6%), Nutrição (2,0%) e Serviço Social (2,0%).

No que diz respeito à atuação dos respondentes, a grande maioria atua na extensão rural (78,0%), seguidos das atuações na extensão social (14,0%) e gestão/coordenação (8,0%) (Figura 2). 76% dos respondentes atua como extensionista a mais de 10 anos, se tratando, deste modo, de uma amostra majoritariamente composta por profissionais experientes (Figura 3).

Figuras 2 e 3. Caracterização dos respondentes em relação à sua atuação na empresa e o seu tempo de trabalho como extensionista (não necessariamente no seio da Epagri), respectivamente.

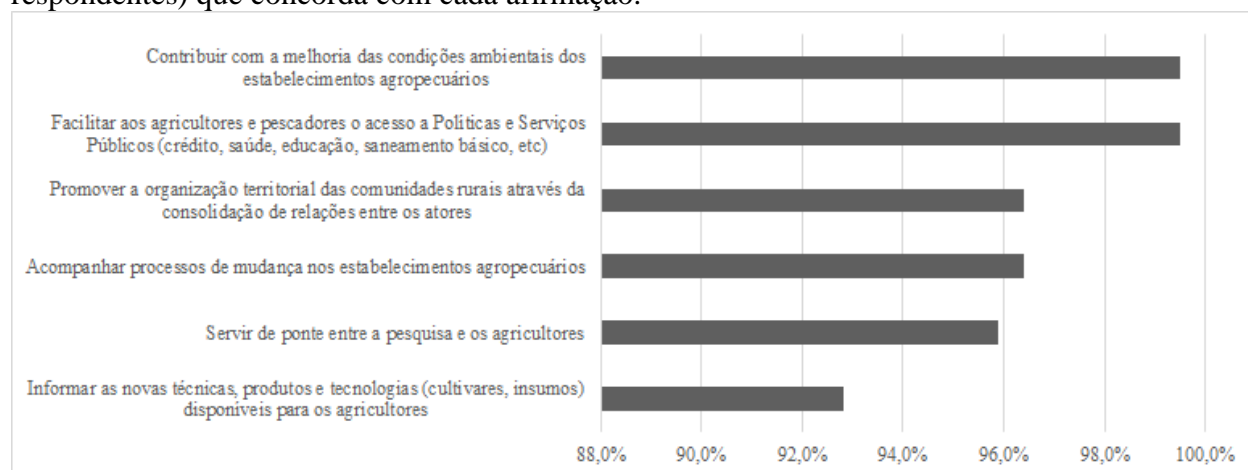


Fonte: os autores, 2021.

Funções e finalidades da atividade de extensão rural:

A grande maioria dos extensionistas respondentes concordam que são funções da extensão rural: contribuir com a melhoria das condições ambientais dos estabelecimentos agropecuários (99,5%), facilitar aos agricultores e pescadores o acesso a políticas e serviços públicos (crédito, saúde, educação, saneamento básico, etc.) (99,5%), promover a organização territorial das comunidades rurais através da consolidação de relações entre os atores (96,4%) e acompanhar processos de mudança nos estabelecimentos agropecuários (96,4%). Se verifica uma menor adesão à ideia de que é função da extensão informar sobre as novas técnicas, produtos e tecnologias disponíveis para os agricultores, ainda que com pequena diferença das indicações anteriores (92,8%). Isto evidencia que a relevância dada no difusionismo produtivista a esta função é relativizada por outras funções que ganharam importância na visão dos extensionistas (Figura 4).

Figura 4. Funções da extensão. A porcentagem corresponde à porção do total da amostragem (195 respondentes) que concorda com cada afirmação.

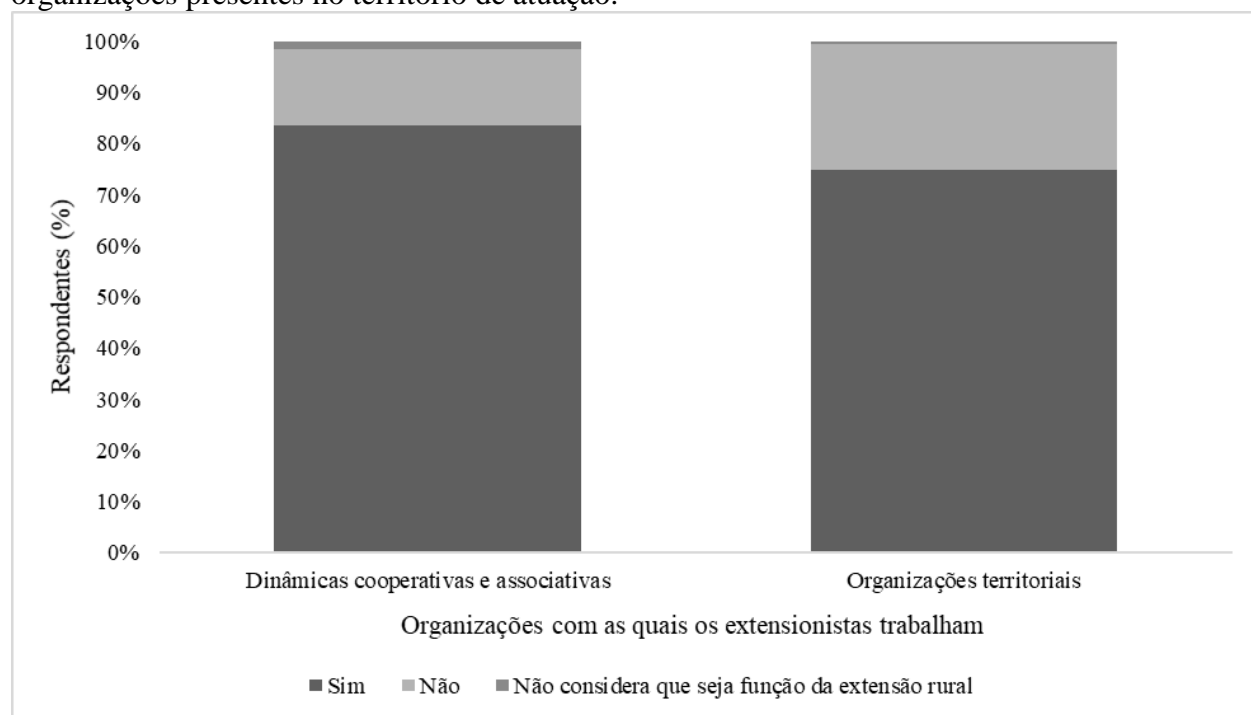


Fonte: os autores, 2021.

A percepção de que são funções da Ater “contribuir com a melhoria das condições ambientais dos estabelecimentos agropecuários” e “facilitar aos agricultores e pescadores o acesso a políticas e serviços públicos” é quase unânime entre os respondentes. De acordo com Caporal (2009), cabe ao serviço de Ater contribuir para melhoria das condições de vida das populações rurais, facilitando o seu acesso à educação para a saúde, às ações de saúde preventiva, ao saneamento básico e ao abastecimento de água nas propriedades rurais, entre tantos outros.

Outros elementos reforçam a adoção de uma abordagem que se aproxima da ênfase socioambiental pelos extensionistas da Epagri. A grande maioria dos extensionistas afirmou trabalhar junto às dinâmicas cooperativas e associativas e às organizações territoriais (conselhos e agências de desenvolvimento rural/regional, por exemplo) presentes no seu território de atuação (Figura 5). Embora alguns extensionistas não atuem com tais dinâmicas e organizações, por diversos motivos, poucos são os que não consideram esse trabalho como função da extensão rural (1,5% para o trabalho com dinâmicas cooperativas e associativas e 0,5% com as organizações territoriais).

Figura 5. Trabalho dos extensionistas junto às dinâmicas cooperativas e associativas e organizações presentes no território de atuação.

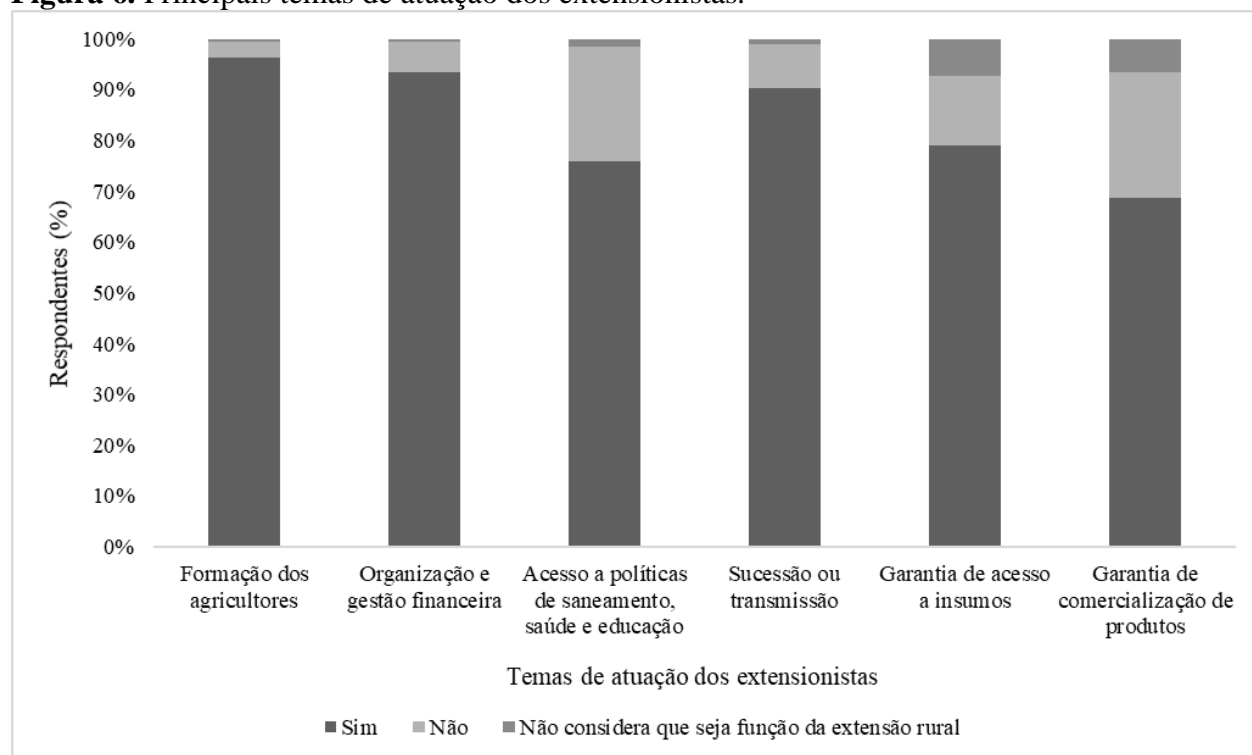


Fonte: os autores, 2021.

Os respondentes afirmaram também trabalhar com questões relacionadas à formação dos agricultores, à sua organização e gestão financeira, à garantia de acesso a insumos e à comercialização dos produtos agropecuários. A facilitação do acesso a políticas não agrícolas (de saneamento, saúde, educação) também faz parte do painel de funções exercidas pelos extensionistas respondentes (Figura 6), corroborando elementos apresentados na Figura 4.

A questão da sucessão ou transmissão de estabelecimentos agropecuários, tema central das discussões sobre a categoria da agricultura familiar atualmente (MATTE, MACHADO, 2017; KISCHENER; KIYOTA; PERONDI, 2015), também é levada em conta no trabalho dos extensionistas da Epagri (Figura 6). Esta temática tem sido imposta pela realidade no estado ao conjunto dos agentes do desenvolvimento rural. De acordo com o último Censo Agropecuário, 48% dos estabelecimentos agropecuários catarinenses são administrados por pessoas com 55 anos ou mais, ou seja, pessoas aposentadas ou em vias de se aposentar (IBGE, 2019).

Figura 6. Principais temas de atuação dos extensionistas.



Fonte: os autores, 2021.

No que concerne os processos de mudança nos estabelecimentos agropecuários, os extensionistas avaliam que a extensão deve estimular mudanças de diferentes ordens:

- Mudanças produtivas: diversificação da produção (76,9%), beneficiamento dos produtos (62,5%), adoção de estratégias para o aumento da produção pelo aumento da escala de produção, especialização da produção e mecanização das atividades (52,3%) e conversão orgânica/transição agroecológica (47,2%).
- Mudanças de estratégias de comercialização: valorização dos produtos através de circuitos curtos de comercialização e ações de melhoria da qualidade de origem ou dos processos (76,4%).
- Mudanças de atividades: valorização de serviços comerciais territoriais (turismo, por exemplo) (60,5%)

Este modo do agir extensionista, que se ocupa de uma grande diversidade de funções, não apresentou grandes diferenciações entre as UGTs. Deste modo, os resultados demonstram que a maioria dos extensionistas no estado incorporaram a “ênfase socioambiental” no que diz respeito

às funções e finalidades da extensão, distanciando-se das abordagens dos outros períodos históricos.

Essa visão dos extensionistas pode ser parcialmente derivada de uma revisão da visão da própria empresa. No documento de Planejamento Estratégico 2017-2027 da Epagri, os objetivos da extensão rural listados aproximam-se da abordagem proposta pelo período de ênfase socioambiental:

“entre os principais objetivos de Ater destacam-se a preservação do ambiente, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento de uma agricultura e pesca competitivas visando promover o desenvolvimento sustentável em benefício da agricultura familiar e da sociedade catarinense” (EPAGRI, 2018).

Interações com a pesquisa e com o público beneficiário

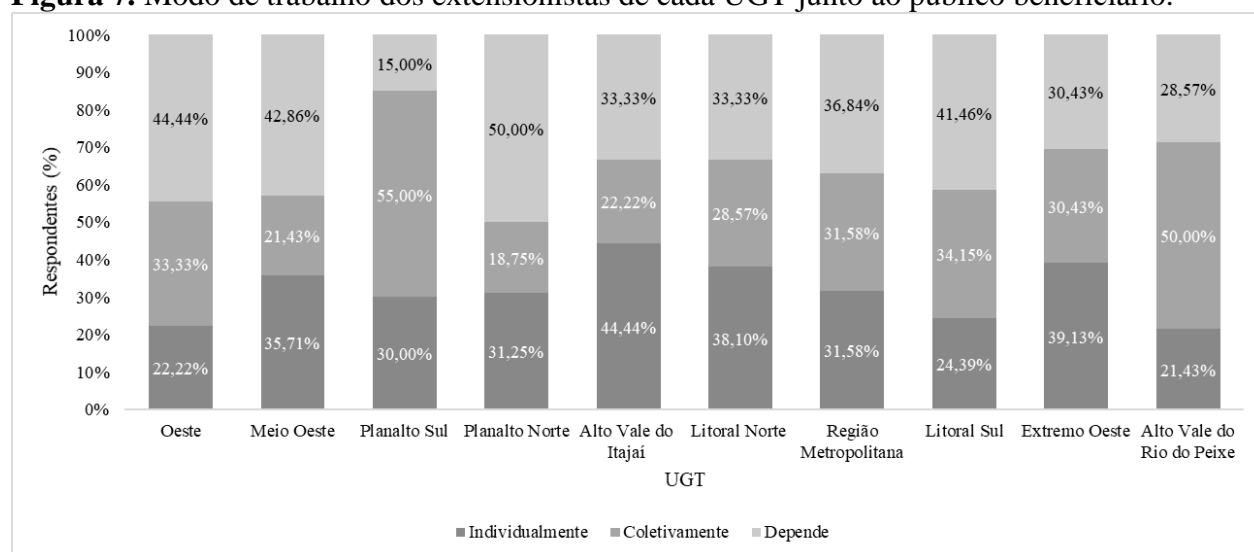
Conforme mencionado anteriormente, além de responsável pelo serviço oficial de extensão rural, a Epagri também é responsável pelas atividades de pesquisa no estado. Entretanto, embora atuando na mesma empresa, apenas 11,8% alegam trabalhar de forma a integrar as atividades da extensão e da pesquisa efetivamente. Outros 59,5% declararam que alguns projetos pontuais são conduzidos conjuntamente e o restante (38,1%) declarou que o trabalho geralmente não é integrado.

Embora não seja experienciado por todos os agentes de extensão, a empresa é referência nacional em integração do trabalho de pesquisa e de extensão (ASBRAER, 2021). Um exemplo desta articulação é o projeto que tem facilitado a comunicação entre diversas equipes de pesquisa e extensão envolvidas nas análises de risco climático para o desenvolvimento e melhoria do projeto de Zoneamento Agrícola em Santa Catarina. Neste projeto, as várias equipes técnicas discutem os aspectos relacionados ao clima, ao solo, ao cultivo e às políticas públicas (EPAGRI, 2021b). Esta interação entre pesquisa e extensão evidencia uma evolução da empresa, pois no período anterior a extensão era considerada mera ponte entre a pesquisa e o conjunto dos agricultores.

No que concerne a interação dos extensionistas rurais com o público beneficiário, o interlocutor preferencial muda de acordo com a UGT. Os extensionistas que atuam no Planalto Sul e no Alto Vale do Rio do Peixe indicam trabalhar predominantemente (55% e 50%, respectivamente) com os agricultores de forma coletiva. Em outras UGTs, como no Alto Vale do Itajaí, no Litoral Norte e no Meio Oeste, trabalha-se mais com os agricultores individualmente. Nas UGTs restantes, a escolha do interlocutor dependerá do contexto da intervenção (Figura 7).

Diante das limitações impostas pela forma de coleta de dados, não é possível compreender as motivações para a adoção de uma abordagem individual ou coletiva, podendo estas estarem relacionadas às orientações de cada unidade de gestão, à realidade local, ou até mesmo ao perfil dos extensionistas.

Figura 7. Modo de trabalho dos extensionistas de cada UGT junto ao público beneficiário.



Fonte: os autores, 2021.

Quando trabalham junto a coletivos de agricultores, os principais elementos evocados pelos extensionistas para a formação destes coletivos são: por atividade econômica (68,2%), por desejo/preocupação/problema específico (65,1%) e pelo interesse pelos projetos conduzidos pela instituição (51,8%). No que concerne a escala territorial de formação dos coletivos, para a maioria dos respondentes ela não é arbitrária, mas depende da situação. A maioria dos extensionistas em todas as UGTs declararam trabalhar numa escala sobre a qual os atores podem se mobilizar coletivamente, indo ao encontro das proposições da facilitação metodológica territorial francesa (RUAULT, 2006; DARRÉ, 1996).

Essa centralidade dada ao território no contexto do trabalho extensionista já é evidenciada na organização das atividades em UGTs pela empresa. Além disso, de acordo com a empresa, as suas ações de extensão rural são conduzidas a partir de “uma visão estratégica de desenvolvimento sustentável, sob uma perspectiva territorial, visando ao fortalecimento da competitividade e à representatividade do setor agropecuário na economia estadual e, conseqüentemente, em nível nacional” (EPAGRI, 2018, p. 14).

No cotidiano do trabalho da maioria dos extensionistas respondentes (60,5%), as prioridades são definidas a partir dos desejos, preocupações e problemas do público beneficiário. O caso da UGT Meio Oeste Catarinense figura como uma exceção: 64,3% dos respondentes da UGT declararam definir as prioridades do seu trabalho a partir dos projetos da instituição. Este resultado indica uma inclinação progressiva da maioria dos extensionistas da empresa para uma abordagem mais compartilhada entre agentes de extensão e público beneficiário.

A fim de identificar esses desejos, problemas e preocupações dos agricultores, que contribuirão para a definição das prioridades do trabalho, diversas abordagens metodológicas são adotadas pelos extensionistas. A abordagem privilegiada por 39,5% é o contato com os agricultores "líderes". Esta forma de trabalhar junto aos chamados agricultores "líderes" parece ser uma prática que tem permanecido desde a origem dos trabalhos de extensão. Lourenzani (2006), no contexto de uma proposição metodológica de extensão rural para agricultores familiares, sugere que os extensionistas recorram aos agricultores "líderes" na etapa de diagnóstico do território de ação.

A mesma quantidade de respondentes (39,5%) declarou privilegiar uma interação com o conjunto local dos agricultores: agricultores "líderes", outros chefes dos estabelecimentos, cônjuges, jovens, etc. A maioria dos respondentes desta categoria declarou promover reuniões e utilizar metodologias participativas, como word cafés, dias de campo, tempestade de ideias e metaplan. Outros privilegiam a condução de entrevistas individuais junto a esta diversidade de atores. Estas duas abordagens bem distintas, de trabalho direto com os agricultores "líderes" ou com o conjunto dos agricultores, estão distribuídas nas diferentes UGTs, demonstrando a existência de uma mistura de abordagens da extensão rural em nível estadual. O conjunto total dos respondentes parecem concordar mais no que se refere às estratégias adotadas para a busca por soluções. As estratégias mais respondidas foram: promoção de reuniões para debater e refletir coletivamente as soluções possíveis (36%) e organização das preocupações, desejos e problemas em questões concretas ou problemas tratáveis (21,5%). Ambas respostas estão de acordo com as características da ênfase socioambiental, sendo a segunda uma das estratégias centrais da facilitação metodológica proposta pelos sociólogos franceses. Menos de 10% dos respondentes declararam propor soluções conhecidas como estratégia principal.

Diante desses resultados, o agir dos extensionistas da Epagri está sintetizado e relacionado às abordagens anteriormente revisadas neste estudo (Quadro 2).

Quadro 2. Perfil dos extensionistas e sua relação com as abordagens de ER.

	Respostas dos extensionistas da Epagri	Abordagem em acordo com as respostas dos extensionistas
Funções	Grande diversidade de funções (melhoria das condições ambientais, facilitar acesso a políticas e serviços públicos, promover a organização territorial das comunidades rurais, acompanhar processos de mudanças nos estabelecimentos e atuação em temas diversos do desenvolvimento rural).	Ênfase socioambiental (Nova Ater e PNATER).
Finalidades	Melhorias nos aspectos produtivos (diversificação produtiva, aumento da produção), sociais (formação dos agricultores, sucessão ou transmissão dos estabelecimentos), econômicos (beneficiamento e valorização de produtos, valorização de serviços) e ambientais (conversão orgânica/transição agroecológica).	Ênfase socioambiental (Nova Ater e PNATER).
Definição das prioridades do trabalho	A partir dos desejos, preocupações e problemas do público beneficiário identificados através da interação com agricultores "líderes" e com o conjunto dos agricultores e suas organizações em cada território. A partir também dos objetivos dos projetos conduzidos pela instituição.	Ênfase socioambiental (Nova Ater e PNATER e facilitação metodológica territorial) e humanismo assistencialista.
Busca por soluções	A partir da organização das preocupações, desejos e problemas identificados em questões concretas ou problemas tratáveis e da promoção de reuniões para debater e refletir coletivamente as soluções possíveis.	Ênfase socioambiental (Nova Ater e PNATER e facilitação metodológica territorial)

Fonte: os autores, 2021.

Conclusões

Identificou-se a partir do estudo que a principal abordagem orientadora da ação dos extensionistas da empresa oficial de Santa Catarina é a ênfase socioambiental, articulando elementos centrais da facilitação metodológica. Com efeito, os resultados demonstram que os extensionistas se preocupam com temas que ultrapassam os aspectos produtivos e consideram os agricultores e suas organizações inseridos em cada território como centrais no processo da intervenção extensionista.

Todavia, uma porção significativa, quase 40% dos extensionistas, privilegia agricultores "líderes" como interlocutores no processo de identificação das prioridades do trabalho extensionista. Assim, é possível afirmar que não houve a substituição de um período pelo/s outro/s, mas uma sobreposição e uma mudança de ênfase entre os períodos, já que elementos de outros períodos continuam fortes na ação extensionista até hoje.

Diante das limitações impostas pelo modo de coleta de dados, que impede o conhecimento das circunstâncias de cada resposta, um estudo qualitativo seria interessante para compreender melhor o fenômeno estudado. Desta maneira, seria possível compreender as motivações dos respondentes, bem como as razões das ocasionais diferenças nas respostas de extensionistas provenientes de diferentes territórios.

Referências

ASBRAER. Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. **União da pesquisa e da extensão realizada pela Epagri-SC é referência no País.** Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/index.php/rede-de-noticias/item/4069-uniao-da-pesquisa-e-da-extensao-realizada-pela-epagri-sc-e-referencia-no-pais> Acesso em: 9 de setembro de 2021.

BORDENAVE, J. D. **O que é comunicação rural?** São Paulo: Brasiliense, 1983. 104 p.

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.** Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

CAPORAL, F. R. (Coord.). **Extensão rural e agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível.** Brasília, 2009. 398 p.

CAPORAL, F. R. A Extensão Rural no Rio Grande do Sul: do modelo "made in USA" ao paradigma agroecológico. In: CAPORAL, F. R. (Coord.). **Extensão rural e agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível.** Brasília: MDA, 2007. p. 83-101.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Rev. Reforma Agrária**, Campinas: ABRA, v. 24, n. 3, set./dez. 1994.

DARRÉ, J.-P. **L'invention des pratiques dans l'agriculture : Vulgarisation et production locale de connaissance.** Paris: Karthala, 1996.

EPAGRI. **Quem somos? Uma história de sucesso e relevância para Santa Catarina.** Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/a-epagri/quem-somos/> Acesso em: 19 de agosto de 2021a.

EPAGRI. **Zoneamento Integrado facilita a troca de informações entre pesquisa e extensão rural.** Disponível em: <https://circam.epagri.sc.gov.br/index.php/2021/04/13/zoneamento->

[integrado-facilita-a-troca-de-informacoes-entre-pesquisa-e-extensao-rural/](#) Acesso em: 19 de agosto de 2021b.

EPAGRI. **Plano de Gestão Estratégica da Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural da Epagri 2017-2021**. Florianópolis, SC: Epagri, 2018. 70 p.

FAVERO, E.; SARRIERA, J. C. Extensão rural e intervenção: velhas questões e novos desafios para os profissionais. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 12, n. 1, 2009. p. 1-16.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário : resultados definitivos 2017**. 2019. 109 p.

KISCHENER, M. A.; KIYOTA, M.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo Agrário**, v. 16, n. 33, dez./2015. 28 p.

LOURENZANI, W. L. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 8, n. 3, 2006, p. 313-322.

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 18, n. 37, p. 130-151.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**: versão final: 25/05/2004. Brasília, 2004. 22 p.

OLINGER G. **Aspectos históricos da Extensão Rural no Brasil e em Santa Catarina**. Florianópolis, SC: Epagri, 2020. 84 p. (Epagri. Documentos, 306).

OTERO, J.; SELIS, D. H. Educar, concientizar, transferir, dialogar... ¿Qué es y para qué sirve la extensión rural? **Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v. 26, n. 1, jan./mar. 2019. p. 7 – 25.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 14, n. 1. p.113-154. 1997.

RUAAULT, C. **L'invention collective de l'action** : Initiatives de groupes d'agriculteurs et développement local. Paris; Montréal: L'Harmattan, 1996.

TIMMER, W. J. **Planejamento do trabalho em extensão agrícola**: bases e diretrizes da agronomia social aplicada com referência especial ao Brasil e outros países da América Latina. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura e Serviço de Informação agrícola, 1954, 214p.

U.S. **The Smith-Lever Act: 7 U.S. Code § 341**. Cooperative extension work by colleges. 1914.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

VIEIRA, D. D.; SOUZA, J. O. dos S.; CAFFE, S. C.; OLIVEIRA, S. H. Extensão rural no Brasil e análise multifuncional da agricultura: política pública como serviço estratégico voltado para a promoção da segurança alimentar e nutricional e à resolução dos problemas de abastecimento nas grandes cidades. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 1642-1659, jul./set. 2020.